

"A ADMINISTRAÇÃO DA FURB, ANTES DE IMPLEMENTAR O SISTEMA DE ESTACIONAMENTO PAGO, TERÁ QUE PROPOR ALTERNATIVAS VIÁVEIS, COMO MELHORIAS NAS CALÇADAS, E A IMPLANTAÇÃO DE BICICLETÁRIOS."

JOÃO FRANCISCO NOLL - PROFESSOR DE ARQUITETURA DA FURB E CICLISTA
MUDANÇAS NO ESTACIONAMENTO
PÁGINAS 7, 8 E 9

"A CRISE FINANCEIRA DA FURB É MERA CULPA DO GOVERNO FEDERAL OU É MAIS UM SINAL DOS NOSSOS LIMITES? SERÁ MESMO QUE QUANDO AS COISAS VÃO BEM É NOSSO MÉRITO E QUANDO VÃO MAL A CULPA É DOS OUTROS?"

LUCIANO FÉLIX FLORIT - SOCIOLOGO
PROFESSOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
PÁGINA 2

"DO PONTO DE VISTA INSTITUCIONAL, ESCOLHEMOS O PIOR MOMENTO PARA DISCUTIR O DESENHO ORGANIZACIONAL DA FURB"
MARCOS ANTÔNIO MATTEDI, PROFESSOR DR EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DA CRISE DA FURB
À CRISE NA FURB
PÁGINA 16



ONDE ESTÃO OS LEITORES?

FOTO: MAGALI MOSER

REGISTROS APONTAM PARA QUEDA NO NÚMERO DE EMPRÉSTIMOS NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NOS ÚLTIMOS ANOS. DIREÇÃO RECONHECE AS FACILIDADES DE ACESSO AOS MEIOS DIGITAIS E BUSCA FORMAS DE REPENSAR O ESPAÇO
PÁGINAS 10 E 11

KOCHKÄSE PODE SE TORNAR PATRIMÔNIO CULTURAL NACIONAL

FURB SE UNE A OUTRAS ENTIDADES DA REGIÃO COM A INTENÇÃO DE AGILIZAR O PROCESSO E GARANTIR A MANUTENÇÃO DO QUEIJO PRODUZIDO DE MODO ARTESANAL
PÁGINA 13



MAGALI MOSER

MAGALI MOSER



MUDANÇAS NO ESTACIONAMENTO
ANÚNCIO DE PRIVATIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DA FURB GERA REAÇÕES ENTRE A COMUNIDADE ACADÊMICA
PÁGINAS 7, 8 E 9

O GARGALO DA EDUCAÇÃO E A ORDEM NATURAL DAS COISAS

O ministro da Educação, Renato Janine em recente entrevista dada ao Jornal Valor Econômico (02/06/15), para o qual também contribuía com uma coluna semanal até assumir a pasta, declarou que a prioridade do Brasil deverá ser com a educação básica. Afirmou isso após participar do Fórum Mundial de Educação, realizado na Coreia do Sul. Ele está certo, mesmo que ao dizer isso corrige na mesma entrevista que é difícil dizer o que



Sem bons professores não teremos bons resultados, ponto final. Qualquer conjectura que se queira dar circundando esse problema é falaciosa. A pergunta básica a ser feita para desatar qualquer “nó” e para investigar as raízes dos problemas múltiplos consiste na pergunta: por que cada vez mais jovens não consideram a possibilidade em escolher a carreira de professor?

é prioridade, pois as demandas estão em todos os níveis. Mas o fato é que existe uma estagnação nos indicadores no ensino médio, onde apenas 53% do jovens concluem essa etapa. Anos após termos garantido a universalização do ensino fundamental, os governos federal, estaduais e municipais ainda não conseguiram avançar e assegurar o acesso da população brasileira ao ensino médio público, que se tornou o principal gargalo da educação no País, de acordo com um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Além dessa evasão, os indicadores como o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) mostraram que entre 2011 e 2013 quase um terço das escolas públicas das capitais brasileiras e do Distrito Federal não apenas não cumpriram a meta do Índice, como também tiveram uma queda. São 894 escolas de um total de 2.974 que atendem a estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano. O maior problema é que os resultados nas avaliações de português e matemática estão estagnados em níveis muito baixos há anos. É com muita desconfiança que devemos apenas considerar reformas no ensino médio sem analisar o que acontece nos anos finais do ensino fundamental ou na educação básica.

Segundo Janine: “o MEC, há dez anos, gastava com aluno de ensino superior onze vezes o que gastava com o de educação básica. Hoje é quatro vezes. Houve uma redução disso. Mas você não pode deixar de lado o ensino superior, até porque o Brasil tinha um perfil considerado elitista. Menos de 15% da faixa de idade de 18 a 24 anos

tinham ensino superior. E também tem uma questão de o ensino superior ter muito mais voz que a educação básica. Quem é atingido pela educação básica tem pouquíssima condição de reclamar”, complementa afirmando que Universidades federais têm que dar mais contribuição à educação básica.

Se houve melhorias em muitas questões relacionadas à educação isso é inegável, mas temos grandes problemas ainda a solucionar. Uma delas é a atratividade da carreira de professor nesses níveis de ensino. Sem bons professores não teremos bons resultados, ponto final. Qualquer conjectura que se queira dar circundando esse problema é falaciosa. A pergunta básica a ser feita para desatar qualquer “nó” e para investigar as raízes dos problemas múltiplos consiste na pergunta: por que cada vez mais jovens não consideram a possibilidade em escolher a carreira de professor? Algumas respostas vem à tona imediatamente, mas qualquer ação que se faça será incompleta se não alterarmos esse quadro. Não adianta ofertar mais cursos gratuitos, aperfeiçoamentos, planos mirabolantes, dizer que se vai gastar x ou y % do PIB, se a questão fundamental não for equacionada.

Como o Fórum Mundial de Educação citado foi realizado na Coreia do Sul, eis um bom exemplo de uma experiência transformadora que mudou um país pela educação. Mesmo que a cultura e o contexto sejam diferentes, o fato é que logo após o término da Guerra da Coreia em 1953, tínhamos um país arrasado onde a cada três coreanos que encontrávamos, um era analfabeto. A tarefa de educar a população foi um objetivo altamente prioritário e estratégico. Os melhores professores estavam nas séries iniciais e um elevado investimento na época partiu do fato deste país ter atingido a universalização da educação básica no final da década de 1960 e do ensino médio na década de 1980. Os anos de 1980 e 1990, ainda, assistiram a uma forte expansão das matrículas em nível superior. A evidência empírica mostra que a Coreia atingiu um elevado nível de qualificação de sua mão-de-obra por meio da educação formal. E tudo aconteceu em um esforço na ordem lógica do processo em cada etapa da educação. Hoje o país envelhece e o número de matrículas cai proporcionalmente. Em 40 anos, Brasil e Coreia do Sul se distanciaram dramaticamente nos rankings educacionais. O analfabetismo coreano foi erradicado e hoje 82% dos jovens frequentam universidades. O Brasil ainda tem entre 9,7% e 11% de analfabetos e apenas 18% de estudantes na universidade. Os coreanos aproveitaram o bônus demográfico na sua época certa, enquanto no Brasil o estamos desperdiçando.

“A CRISE FINANCEIRA DA FURB É MERA CULPA DO GOVERNO FEDERAL OU É MAIS UM SINAL DOS NOSSOS LIMITES? SERÁ MESMO QUE QUANDO AS COISAS VÃO BEM É NOSSO MÉRITO E QUANDO VÃO MAL A CULPA É DOS OUTROS? ENQUANTO NOS CONFORTAMOS COM ESSA IDEIA, AS RECEITAS DE OUTRAS FONTES QUE NÃO MENSALIDADES VÊM DIMINUINDO EM VEZ DE AUMENTAR E A PASSIVIDADE DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA IMPERA. DÓI RECONHECER, MAS ISSO É SINAL DE FALTA DE VITALIDADE E DE QUE NÃO TEMOS UMA AGENDA À ALTURA DE QUEM REALMENTE ENXERGA SEU AMANHÃ NESTA INSTITUIÇÃO”.

LUCIANO FLORIT,

SOCIÓLOGO, PROFESSOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA DA FURB

PARTICIPE DO EXPRESSÃO! Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!

DIRETORIA SINSEPEs | 2014/2017

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafera (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), **Tesoureiro:** Nazareno Schmoeller (CCSA), **1º Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretora de Imprensa e Comunicação:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Osnildo Marcos Rodrigues (CCS) **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoní Goretti Damo (CCS)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edeimar Valério Mafera (NRTV), Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC) **Suplentes:** Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

Projeto gráfico: Ana Lucia Dal Pizzol

Tiragem: 2.000 cópias. **Gráfica:** Grafnorte S/A (Apucarana, PR) - (41) 3598.1113 ou (41) 9926.1113

Jornalista responsável: Marcela Cornelli - MTB 00921/SC JP

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.



Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br



INTERNAS

CRISE DA FURB GERA MUDANÇAS NO NÚCLEO DE RÁDIO E TV

As medidas de redução de cortes na universidade atingiram também o Núcleo de Rádio e TV da FURB. Diante da crise econômica da instituição, as emissoras educativas FURB TV e FURB FM passaram por mudanças que afetaram inclusive as suas programações. O número de funcionários que era de 19 início do ano caiu para 15. Um dos impactos mais profundos é o fim do Edição Local, o jornal diário conduzido até então pela jornalista Schayla Jurk.

De acordo com o Prof. Paulo Roberto Brandt, diretor do Núcleo, a retirada do Edição Local se dá para reformulação de sua estrutura: "a finalidade é deixar um interprogramas informativo, mais dinâmico e focado, e com maior participação de notícias do envolvimento com a comunidade e das coisas que estão sendo feitas na instituição e que influenciam no dia-a-dia da população, seja na saúde, em seu bem-estar, no conviver, orientando na economia, enfim, tudo que possamos participar no viver com a comunidade", comenta.

FOTO: RHUAN RODRIGUES

SINSEPES PARTICIPA DO GRITO DOS EXCLUÍDOS

O SINSEPES participa neste 7 de setembro de mais uma edição do Grito dos Excluídos, na Rua XV de Novembro, na abertura do desfile (na foto, o Grito/2014). O movimento ocorre em todo o território nacional e traz em 2015 o lema "Que país é esse que mata gente, que a mídia mente e nos consome?" Mais uma vez com o tema "A vida em primeiro lugar", o Grito dos Excluídos provocará um olhar profético que supere as conjecturas e pretende olhar de verdade para o brasileiro e as suas reais necessidades. Interessados em participar do Grito devem procurar o SINSEPES até 4 de setembro.

CRISE DA FURB

Continua repercutindo a crise da FURB. O assunto tem sido pauta frequente das reuniões do SINSEPES. O dirigente sindical da entidade Nazareno Schmoeller, professor do Departamento de Economia da FURB, faz uma análise reflexiva sobre o momento: "Aqui na FURB temos de pensar em avançar, não em retroceder. Crises se resolvem trabalhando mais e com a busca de soluções e não simplesmente cortando e diminuindo. Muitos cortes, se não forem bem planejados, aprofundam a crise, em vez de resolver o problema. Cortar gastos desnecessários é muito importante e deve ocorrer em todos os momentos. Porém se temos uma estrutura estabelecida, como podemos usá-la para encontrar soluções para os nossos problemas?"

VIBRANS ASSUME PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

O professor Alexander Christian Vibrans é o novo pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura (PROPEX) da FURB. Ele assumiu o cargo em 14 de agosto. Vibrans substituiu o professor Marcos Rivail da Silva que solicitou licença pré-aposentadoria. Vibrans é professor da FURB desde 1997. Possui Mestrado em Engenharia Ambiental pela FURB (1999) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003).



O Cidadania em Debate é o programa do SINSEPES na FURB TV que vai ao ar segundas-feiras às 19h30min

PROGRAMA UNIVERSO E PESQUISA DEVE VOLTAR À PROGRAMAÇÃO DA EMISSORA

Uma aposta da FURB TV é a participação do Curso de Jornalismo, quando possível, com conteúdos contemplados na programação. A mudança na FURB TV promete a retomada de um programa que marcou a programação da emissora, o Universo Pesquisa. "É sem dúvida uma ausência na programação sentida por todos em especial por ser o programa mais significativo já produzido por nós e exibido em rede nacional", acredita o professor Paulo. Apesar das mudanças, está prevista a manutenção do atual Literatus TV, com o escritor Maicon Tenfen, exibido nacionalmente pela EBC, além dos consagrados TV Empresa e Cidadania em Debate. Na foto, o apresentador e professor, Carlos Silva, entrevista o presidente do SINSEPES, Ralf Ehmke, no Cidadania em Debate, o programa do SINSEPES na FURB TV. Uma outra novidade na programação fica por conta do Tá Rolando, programa produzido pela professora Alessandra Meinicke, juntamente com os alunos do Curso de Jornalismo, com a proposta de abordar os cursos da instituição. Foi recém confirmada a renovação das outorgas da FM e da TV. O processo da digitalização da TV está em andamento e a implantação deverá ocorrer no início do próximo ano, de acordo com o diretor do Núcleo. A programação é de segunda a sexta, na faixa de 19h às 20h e domingo das 19h às 21h. Com parceria com a TV Cultura, a programação da FURB TV é transmitida para Blumenau e cidades do Vale do Itajaí através de sinal aberto, canal 13 e também pelas operadoras de TV por assinatura - canais 6 da Net e 11 da BTV. As equipes da FURB FM e da FURB TV estão à disposição de todos aqueles que têm ideias a propor. O contato é: furbtv@furb.br ou furbtm@furb.br. Para o envio de sugestões de pauta: jornalismo@furb.br

A CRÔNICA DO VILAREJO DE ITOUPAVA SECA – ALTONA, DE MAX HUMPL

Manuscrito finalizado em 1918 pelo professor alemão revela história dos primeiros grupos de imigrantes que desembarcaram no Vale do Itajaí

POR MÉRI FROTSCHER

Historiadora formada pela FURB, doutora em História pela UFSC, professora do curso de graduação e pós graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná <merikramer@hotmail.com>

No mês de agosto, a FURB, com o apoio da Fundação Cultural de Blumenau e o patrocínio da Eletro Aço Altona, concretiza em forma de publicação o resultado do projeto que visou a transcrição e a tradução para o português da Crônica do vilarejo de Itoupava Seca – Altona: Desde a origem até a incorporação à área urbana de Blumenau, escrita durante os anos da Primeira Guerra Mundial pelo professor da Escola de Altona, Max Humpl. Finalmente o público leitor de língua portuguesa, tanto o especializado, quanto o leigo, poderá ter acesso ao seu conteúdo, depois de quase cem anos de sua redação. Trata-se de um volumoso manuscrito, finalizado em 1918, após muitas pesquisas e consultas junto aos moradores da localidade de Itoupava Seca – Altona, que jamais chegou a ser publicado, apesar de sua relevância enquanto fonte histórica.

Trata-se de uma Chronik (Crônica), ou seja, uma narrativa histórica, mas que não segue exatamente a cronologia, referindo-se também a muitos temas da vida cotidiana da localidade. De linguagem cativante, a Crônica compõe um retrato afetuoso da localidade, contribuindo, ela mesma, para constituir uma identidade local. Compõe uma narrativa envolvente sobre o passado de imigração e colonização e sobre eventos que marcaram a localidade, como a Revolução Federalista, as constantes enchentes, a construção da estrada de ferro e da usina do Salto, visitas de marinheiros alemães e a Primeira Guerra Mundial. Também narra em detalhes aspectos da fauna e da flora, agricultura e pecuária, caça e pesca, economia, religiosidades, ensino, modos de vida e sociabilidades, vida cultural e recreativa. Divertidas passagens sobre os momentos de lazer, em geral regados à boa cerveja (a pequena localidade tinha duas cervejarias!) – podem ser encontradas na Crônica. Também detalhados dados estatísticos relativos à população e à economia, assim como árvores genealógicas e biografias são apresentados ao leitor.

Humpl a escreveu movido pelo sentimento de que desde a chegada dos primeiros imigrantes em Altona, em 1854, o mundo, e também Blumenau, haviam sido profundamente modificados pela modernidade. Passados 65 anos, quando a maioria dos imigrantes já havia falecido, Humpl justifica no prefácio a necessidade de escrever aquela obra, que representa como um “retrato fiel do surgimento e do desenvolvimento de Altona”. Além desta perspectiva de história, vista como uma reprodução do passado, daí ressaltar ter redigido a Crônica com “escrupulosas indagações de cidadãos mais velhos e com louvável cooperação”, o professor Humpl imprime a ela também um viés pedagógico. Aquela obra deveria proporcionar instrução aos mais jovens, dos quais reclamava conhecerem muito pouco da história de sua terra e de seus pais. Por isso, o lema manifesto no prefácio da obra: “Ao velho, a honra/ Ao jovem, a instrução”.

A valorização das primeiras gerações de imigrantes determina o próprio espaço temporal narrado. O ano de 1854 é a baliza usada para marcar o início daquela história, com a chegada dos imigrantes na localidade. Já o ano de 1918, quando a Crônica foi finalizada, coincide com um marco político-administrativo: a incorporação de Itoupava Seca -

Altona à área urbana de Blumenau. Assim, o autor representa o processo que divide as duas datas pelo “progresso”, visão consonante à perspectiva vigente na historiografia local. Na Crônica, é visível também a valorização das famílias de proprietários de Altona, entre eles algumas “personalidades” na esfera pública local e também na política estadual, sobretudo Pedro Christiano Feddersen, que teria pago os custos relativos ao papel e à encadernação da obra. Neste



ARQUIVO

aspecto, para Humpl, a produção da Crônica representou também a produção de um monumento aos primeiros imigrantes e às elites locais. Para nós, hoje, a Crônica é uma rica fonte histórica, pois é uma obra datada, construída a partir de um lugar determinado, cuja tradução para o português revela não apenas dados e aspectos ainda desconhecidos, mas também concepções culturalmente e historicamente determinadas. Por isso, o intuito em traduzir e publicar a tradução da Crônica não foi o de reabilitá-las, mas simplesmente divulgar uma peça do rico patrimônio documental de Blumenau.

A importância da Crônica foi destacada algumas vezes, em 1950, no livro comemorativo ao Centenário de Blumenau. Nele, a Crônica é descrita como “obra monumental”, “obra mais volumosa, mais exata e mais valiosa de sua categoria existente no Brasil”, “perfeita em todo o sentido”. Naquela época ainda se tinha acesso ao manuscrito original, ricamente ilustrado com fotografias obtidas junto aos moradores e aquarelas do próprio autor. Infelizmente o original teria sido perdido no incêndio do prédio da Prefeitura, em 1958, segundo autora de biografia sobre Humpl. Subsistiu uma cópia do original, também manuscrito, feita em 1934, muito embora dele não fizessem parte as ilustrações e fotografias contidas no original.

Foi com base nesta versão manuscrita, preservada no Arquivo Histórico de Blumenau, que foi desenvolvido um projeto visando sua tradução para a língua portuguesa, com o apoio do Fundo Municipal de Cultura, sob minha coordenação. O manuscrito, em parte em grafia Sütterlin – grafia comumente usada pelos alemães à época - foi primeiramente digitalizado e transcrito por Johannes Kramer, colaborador no projeto, para depois ser cuidadosamente traduzido. A meticolosa transposição para o português ficou a cargo de Adriano Steffler, mestre em Letras, com a revisão dos organizadores da publicação, possibilitada pela Editora da FURB. Visando explorar o rico patrimônio imagético existente sobre a localidade, Johannes Kramer e Sueli Petry, do Arquivo Histórico de Blumenau, selecionaram mais de cem ilustrações, principalmente fotografias, mas também cartões postais, anúncios e outros documentos. A publicação do resultado do trabalho foi viabilizada por meio do patrocínio da Eletro Aço Altona.

“

A valorização das primeiras gerações de imigrantes determina o próprio espaço temporal narrado. O ano de 1854 é a baliza usada para marcar o início daquela história, com a chegada dos imigrantes na localidade. Já o ano de 1918, quando a Crônica foi finalizada, coincide com um marco político-administrativo: a incorporação de Itoupava Seca - Altona à área urbana de Blumenau

POSSE RESPONSÁVEL

Aspectos importantes das relações entre seres humanos e animais.
Abandono de bichos de estimação é considerado crime por lei federal

POR SILVIO L. NEGRÃO

Médico Veterinário, Professor do Curso de Medicina Veterinária da FURB, Doutor Interdisciplinar em Ciências Humanas: estilos de vida, ética e bioética. Grupo de Pesquisa e Extensão: Saúde e Bem Estar Animal - <silvionegrão@yahoo.com.br>

A presença de animais de estimação no espaço da família e a preocupação com o bem estar destes animais estão crescendo em várias sociedades. Recentes estudos médico veterinários mostram que os animais, em especial os cães, são considerados membros da família. De forma geral, a companhia dos animais produz alguns efeitos benéficos para o ser humano:

- a) Efeitos psicológicos: diminui depressão, estresse e ansiedade; melhora o humor;
- b) Efeitos fisiológicos: menor pressão arterial e frequência cardíaca, maior expectativa de vida, estímulo a atividades saudáveis;
- c) Efeitos sociais: socialização de criminosos, idosos, deficientes físicos e mentais; melhora no aprendizado e socialização de crianças.

Mas, infelizmente, efeitos indesejáveis também são observados. Provavelmente, a crueldade dos seres humanos para com os animais é a situação mais revoltante. Um aspecto importante sobre aquilo que se considera crueldade é o comportamento especista do ser humano. Ou seja, o termo especismo designa a forma discriminatória pela qual seres humanos tratam seres de outras espécies animais como se estes existissem exclusivamente para servir aos interesses dos seres humanos.

É necessário lembrar que os animais ou semoventes têm natureza jurídica de bem móvel por serem suscetíveis de movimento próprio. E, portanto, também são tratados como propriedade. Mas, para muitos, se referir aos animais como “coisa” é algo repugnante. Desta forma, alguns preferem chamar a posse de “guarda responsável”. Independente da denominação escolhida, a “Lei dos Crimes Ambientais” (Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998) em seu artigo 32 indica que praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, se caracteriza como crime e acarreta em pena de detenção (três meses a um ano) e multa, podendo aumentar se ocorrer morte do animal.

Combater a crueldade contra os animais é mais do que proteger apenas os animais, é proteger as pessoas também. A Associação Internacional dos Chefes de Polícia e o FBI informam que o abuso contra animais aparece de forma clara nas histórias de pessoas com comportamento violento. E, quando animais sofrem abusos, as pessoas estão em perigo. Igualmente, quando as pessoas sofrem abusos, os animais estão em perigo. Entretanto, há outra modalidade de violência e de crueldade contra os animais: o abandono.

Na tentativa de se evitar o abandono de cães e gatos nas vias públicas, os(as) médicos(as) veterinários(as) tentam orientar as pessoas antes da adoção de um animal. Alguns aspectos devem ser levados em consideração:

- 1 - Qual é o motivo da adoção de um animal?
- 2 - Tem crianças em casa ou pretende ter?

- 3 - Qual o porte ou tamanho do animal?
- 4 - Você vive em casa ou apartamento?
- 5 - Você está disposto a cuidar de um cão ou gato durante 15 anos ou mais?
- 6 - Todos os membros da minha família aprovam ou querem a adoção?

Em casos de gestação na família, o animal deve ser tratado da mesma forma, mas é necessário um acompanhamento do médico(a) veterinário(a) antes da chegada do bebê para que o animal amplie suas relações sociais de forma segura. Deve-se avaliar se os gastos necessários com alimentação, saúde e higiene do animal cabem no orçamento familiar. E, para evitar crias indesejadas o melhor método é a esterilização (cirurgia de castração).

Outras responsabilidades que competem aos responsáveis dos animais e que muitas delas são garantidas por lei:

- Domiciliação do animal;
- Recolhimento de fezes nas ruas;
- Supervisão nos passeios em vias públicas, mantendo o animal contido adequadamente;
- A vacinação contra raiva é obrigatória;
- Manter as vacinas e vermífugos em dia;
- Fornecer um local limpo e higienizado para os animais, além da alimentação adequada;
- Evitar crias indesejáveis;
- NUNCA ABANDONAR O ANIMAL.

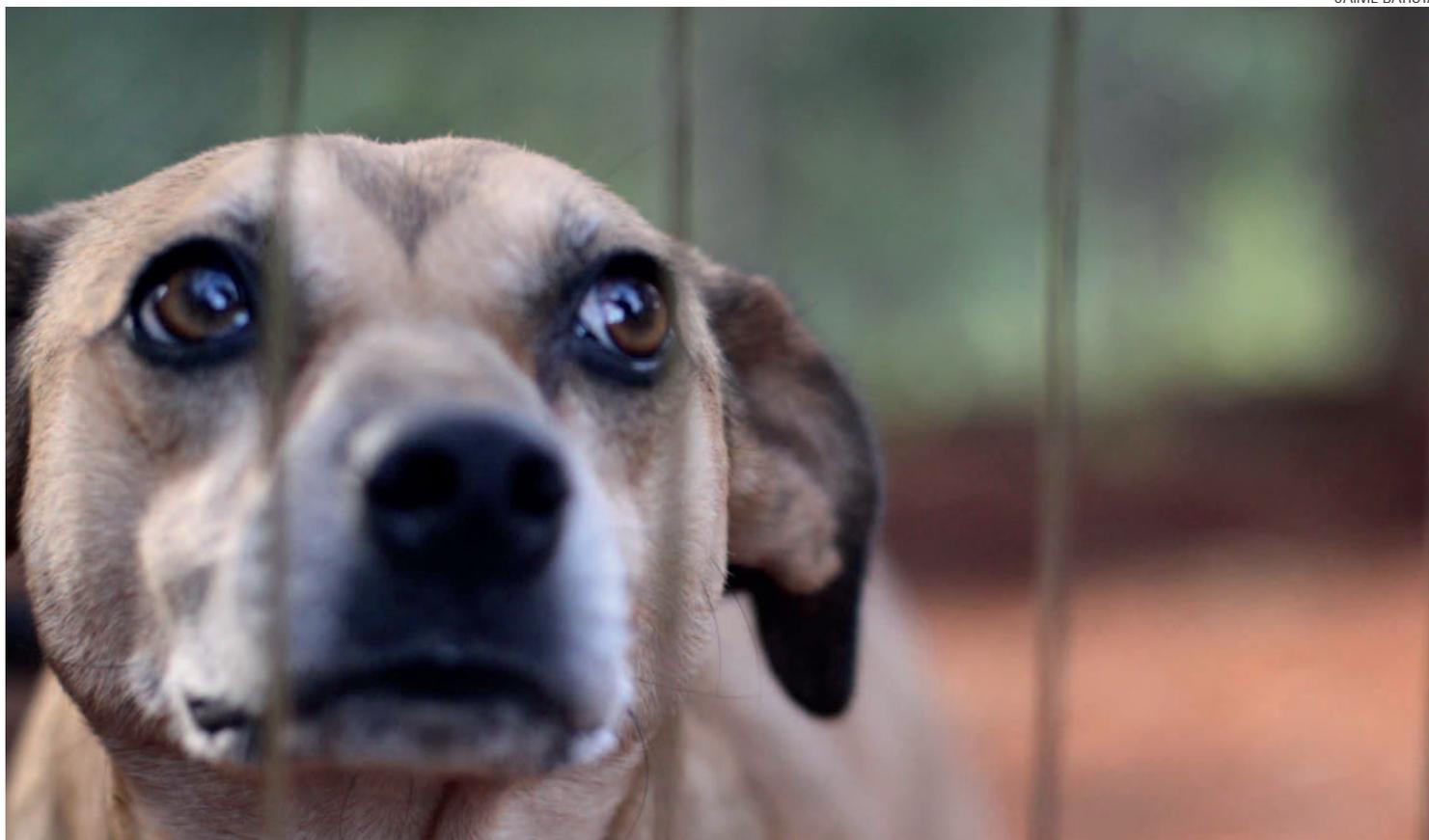
Nos períodos de férias ou feriados prolongados, também é necessário uma atenção especial. Os animais que não viajam com a família ou com seu responsável devem ter o acompanhamento de pessoas conhecidas e responsáveis para que possam ser cuidados de forma correta, evitando ao máximo o estresse de separação, fato que pode trazer grandes malefícios aos animais.

A tendência atual é que os Estados e Municípios legislem sobre esta temática. Entretanto, a legislação deve vir acompanhada por fiscalização e por uma campanha educativa com o objetivo de conscientizar a população humana das responsabilidades de se ter um animal e das necessidades que este animal possui para ter uma vida digna.

JAIIME BATISTA

“

Um aspecto importante sobre aquilo que se considera crueldade é o comportamento especista do ser humano. Ou seja, o termo especismo designa a forma discriminatória pela qual seres humanos tratam seres de outras espécies animais como se estes existissem exclusivamente para servir aos interesses dos seres humanos



A FURB E O FIES

FURB deixou de ser beneficiada pelo FIES por ter adotado uma medida de ampla governança interna, e diretamente vinculada à estratégia adotada pela sua gestão

PROF. DRA. STELA MARIA MENEGHEL E DR. VALMOR SCHIOCHET

Professores da FURB e que atualmente trabalham respectivamente, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE)

A última edição do **Expressão Universitária** (num. 63/ agosto de 2015) dedicou capa, editorial, reportagem de três páginas e Coluna Lado B à CRISE DA FURB com uma análise das “medidas drásticas para conter o déficit na universidade, entre elas, está a redução em 50% nos valores pagos aos cargos comissionados, o fim das chefias de departamentos e muitas outras”. Assim, o **Expressão Universitária**, mais uma vez, cumpre sua função de informar, analisar e debater com a comunidade universitária e regional a Universidade e seus dilemas.

A crise atual da FURB certamente é resultado de um processo histórico que envolve questões externas e internas, questões econômicas, políticas, institucionais e administrativas. Mas o que chama a atenção é o diagnóstico apresentado pela Reitoria da Universidade e assimilado de maneira

pouco crítica pela comunidade acadêmica, conforme expressam diversas manifestações - incluindo a posição do Diretório dos Estudantes. Segundo tal diagnóstico, a responsabilidade pelo remédio amargo receitado diz respeito à redução de receita causada pelas alterações no Fundo de Financiamento Estudantil - FIES. E, mais diretamente, a culpa é do Governo Federal que, ao promover alterações no FIES, impediu que a FURB e seus estudantes possam beneficiar-se do mesmo.

No entanto, tema tão complexo exige não apenas uma análise retrospectiva das finanças da FURB antes do FIES, bem como das relações que se estabeleceram entre FURB e FIES ambos nos últimos anos.

Em termos gerais o MEC, a partir de 2003, adotou quatro importantes medidas relativas à expansão e financiamento da educação superior no país. De forma inovadora implementou o REUNI, um programa de expansão das vagas federais com a criação de novas universidades e reestruturação das existentes, quebrando quase três décadas de estagnação de crescimento no setor público federal. Em continuidade à política da década anterior, manteve o apoio à expansão da educação superior privada mas, ao mesmo tempo, implementou mecanismos de fomento financiamento estudantil por meio do PROUNI e, depois, também por meio do FIES. Em contrapartida às estas políticas de fomento, adotou medidas mais claras de regulação e “controle da qualidade” de instituições e cursos, por meio da avaliação. E, finalmente, implementou ações para a inclusão social por meio de cotas raciais e sociais. Cabe destacar que as instituições comunitárias foram beneficiadas por estas políticas, e também receberam tratamento específico por meio da Lei nº 12.881/2013.

Neste contexto a FURB fez a partir de 2003, com o movimento pela federalização (e posteriormente o projeto FURB Federal), a aposta de inserir-se na política de expansão da educação superior pública. A derrota desta proposta ocorreu em 2011 quando o MEC, com apoio de lideranças locais da base do governo e reitoria da UFSC, e de forma equivocada, decidiu responder ao movimento de fazer da FURB uma Universidade pública com o pífio gesto de implantar o “puxadinho da UFSC” em Blumenau.

A partir desta decisão restou à FURB afirmar sua condição de IES privada, embora tenha mantido seu caráter e institucionalidade pública. Impossibilitada de aderir ao PROUNI, a alternativa foi surfar na onda na expansão exponencial do FIES.

Segundo o Relatório de Contas Ordinárias Anual e o Relatório de Gestão do Exercício de 2014, elaborado pelo MEC e encaminhado ao Tribunal de Contas da União, o desempenho do FIES nos últimos anos foi invejável em números de contratos: houve incremento de mais de 800% em apenas 4

anos (crescimento do número de contratos de 2010 a 2014).

Com a adesão ao FIES, desapareceu o que em 2009 se configurava uma ‘crise financeira’ na FURB, à medida que seus estudantes foram exponencialmente se incorporando ao tornando beneficiários do programa. A Administração da FURB beneficiou-se desta política e, ao longo do primeiro mandato da atual gestão, com o ‘recurso extra’ advindo do programa, para locupletou-se de uma imagem administrativa eficiente perante a comunidade universitária e regional, fazendo parecer que havia ‘saneado as contas da Universidade’ e, ainda, que tinha condições de atender novas demandas. Segundo os números divulgados na imprensa local, em 2014 o número estudantes da FURB com contratos do FIES ultrapassou a cifra de 2.700, representando quase 30% do total de matriculados na graduação.

No entanto, no início deste ano o Governo Federal precisou reconhecer que a expressiva expansão do Programa escondia desvios importantes, tais como a falta de controle sobre o financiamento, na medida em que o valor repassado às instituições privadas era ditado pelo valor das mensalidades por elas praticadas, além de desarticulação entre o FIES e a política de “controle de qualidade”, pois o financiamento estava desvinculado de resultados de desempenho (de IES e de cursos). Diante disso, foi adotado um conjunto de medidas para uma necessária correção do Programa,

tendo em vista o cumprimento de seus objetivos de controle público, responsabilidade com a qualidade da educação e inclusão social.

Estas medidas fizeram com que a FURB passasse do ‘conforto’ orçamentário para uma grave escassez de financiamento, que foi resolvida pela aprovação, no Conselho Universitário, de um reajuste de mensalidades em valor acima da inflação. Ao fazer isso, e com o apoio da representação estudantil, a FURB assumiu a responsabilidade pela conseqüente crise advinda decorrente das mudanças da regra do FIES.

Em verdade, portanto, a FURB deixou de ser beneficiada pelo FIES por ter adotado uma medida de ampla governança interna, e diretamente vinculada à estratégia adotada pela sua gestão, de manter-se dependente da política nacional de financiamento estudantil.

Dessa forma, não se sustentam os argumentos de que a responsabilidade da atual crise da FURB é do Governo Federal, que por promoveu mudanças no FIES. Curioso é que a busca de isenção desta responsabilidade é dos mesmos atores institucionais que escondem que os propalados êxitos administrativos e financeiros da Universidade dos últimos anos decorrem exclusivamente justamente do fato da FURB ter sido beneficiada pelo financiamento advindo do Governo Federal.

No cenário político atual é lugar comum colocar a responsabilidade por todas as mazelas no Governo Federal e está sendo oportuno fazê-lo agora. No entanto, a análise dos fatos revela quais ‘méritos’ devem ser atribuídos à gestão da FURB no tocante ao FIES.

Para enfrentar a atual crise de financiamento é necessário que nossa FURB Universidade reestabeleça as medidas de adequação às políticas nacionais de fomento à educação superior e encontre um caminho de negociação com o MEC para a construção de uma política específica para as IES municipais. Esperamos que esta seja mais uma oportunidade para que a comunidade universitária repactue um projeto universitário mais consciente e articulado ao contexto nacional, além de comprometido com a dinâmica de desenvolvimento da comunidade regional. Que haja mais responsabilidade e menos oportunismo dos nos argumentos.

“

Para enfrentar a atual crise de financiamento é necessário que a FURB reestabeleça as medidas de adequação às políticas nacionais de fomento à educação superior e encontre um caminho de negociação com o MEC

MODAL ALTERNATIVO



Estudante do curso de Química da FURB, Francielle é uma das adeptas do uso da bicicleta como alternativa de transporte nas idas e vindas da universidade
FOTO: MAGALI MOSER

Reitoria volta atrás na privatização do estacionamento por enquanto. Edital que era para ter sido lançado em agosto está em fase de discussão. Comunidade acadêmica clama por estímulo ao uso da bike e FURB estuda interligação de todos os campi

POR MAGALI MOSER

Jornalista <magali.moser@gmail.com>

Depois de anunciar a privatização do estacionamento da FURB, a reitoria voltou atrás. O vice-reitor Udo Schroeder afirmou ao **Expressão Universitária** em agosto que o edital não foi lançado e não há garantias de que será este ano. A mudança do tom não diminui no entanto a preocupação da comunidade acadêmica quanto ao futuro do espaço. Há uma unanimidade em meio à polêmica: a universidade precisa estimular o uso da bicicleta entre alunos e funcionários. No espaço de uma vaga para carro cabem de sete a 10 bikes estacionadas. Por isso, este é considerado um uso mais racional do espaço urbano.

Desde que Francielle Schmitz passou a utilizar a bicicleta como meio de transporte, há três anos, testemunhou um novo movimento na cidade. O ápice foi no primeiro semestre deste ano, quando a aluna do curso de Química da FURB chegou com a magrela para mais uma aula e não encontrou vagas no bicicletário do pátio central do campus 1. O jeito foi deixar a bike num poste próximo. Foi a primeira vez que viu algo parecido na universidade.

“Eu fiquei feliz. Existe um certo solidarismo entre os usuários da bicicleta. Eles são mais abertos à socialização, contribuem para uma cidade mais humanizada”, comenta.

A estudante, no entanto, acredita que a FURB poderia avançar no sentido de promover o uso da bicicleta entre alunos e funcioná-

rios. “O carro ainda é visto como *status*. Aqui na FURB também é assim. Faltam espaços de convivência. O estacionamento para carros tem prioridade. Como uma uni-

versidade voltada para pessoas e para o futuro pode permanecer neste modelo ultrapassado?”, questiona.

Numa rápida consulta de campo, o **Expressão Universitária** identificou 66 vagas de paraciclos no campus 1 da universidade. A maioria delas está no pátio central, próximo à biblioteca, onde ficam 35 vagas (11 em pedra e 24 em estrutura metálica). Há nove vagas também ao lado da cantina, no bloco I, oito ao lado do bloco R e quatro próximas à piscina. A FURB estuda a possibilidade de interligação dos campi universitários afim de garantir a mobilidade de forma sustentável.

São 76 quilômetros de ciclovias e ciclofaixas nas ruas de Blumenau, de acordo com a Secretaria de Planejamento (veja quadro nas duas próximas páginas). A prefeitura anunciou a implantação de 36 novos quilômetros no sistema cicloviário, incluindo ciclovias, ciclofaixas e passeio compartilhado. A obra está prevista num programa dividido em cinco lotes. O primeiro lote já foi aprovado e entrará no processo de execução nos próximos 15 dias com uma estimativa de 9 km nas seguintes ruas: Gustavo Zimmermann, Jacob Ineichen, Frederico Voelz, Guilherme Scharf e Ari Barroso, todas no Bairro Itoupava Seca. A perspectiva de término de execução do novo sistema ciclístico em Blumenau é de dois a três anos.

“O argumento mais ouvido para justificar a ausência de ciclovia é a falta de dinheiro. Mas a gente vê um investimento muito maior voltado para os veículos motorizados, é desproporcional”, argumenta o presidente da ONG Associação Blumenauense Pró-Ciclovias, Giovani Rafael Seibel, que começou a utilizar a bike como meio de transporte quando cursava Biologia na FURB, em 2002.

Moradora da Itoupava Norte, Francielle acostumou-se ao uso da bike. Adquiriu até uma capa para não deixar a companheira nem nos dias chuvosos. A distância da casa dela, na Itoupava Norte, até a universidade só é impedimento para a mãe, que acha uma “loucura” a pedalada diária.

SEGUIE ->

“

Faltam espaços de convivência. O estacionamento para carros tem prioridade. Como uma universidade voltada para pessoas e para o futuro pode permanecer neste modelo ultrapassado?



ONG Associação Blumenauense Pró-Ciclovias (ABC) reivindica um espaço dentro da FURB como sede própria. Na foto, o presidente da ABC, Giovani Seibel (à direita) e o professor do Departamento de Arquitetura da FURB e entusiasta do uso da biblioteca João Francisco Noll

MAGALI MOSER

O servidor da FURB, Gabriel Augusto Anibelli, 21, passou a utilizar a bicicleta para se locomover até o trabalho. Ele questiona a possibilidade de privatização do estacionamento. Acredita que a FURB poderia adotar um sistema de controle, em que o usuário recebe um cartão na entrada e o devolve na saída, mas sem gerar receita-extra.

“Se o objetivo é aumentar a segurança, o modelo adotado no estacionamento para os servidores hoje poderia ser estendido para os alunos, sem criar novas despesas a eles, que já pagam uma mensalidade alta”, acredita.

A terceirização no estacionamento é sugerida pela Coordenadoria de Planejamento (Coplan), órgão criado em 2013 na FURB, com a intenção de pensar a universidade como um todo.

A Coplan, através das arquitetas Ariana Brandt Knop, Keila Peixer e Carla Cintia Back, recebeu o **Expressão Universitária** para explicar as mudanças. A Coplan argumenta que o sistema de estacionamento pago já é utilizado em outras universidades da região, a exemplo da Univali, com sede em Itajaí, e Univille, em Joinville. O **Expressão Universitária** apurou que quem controla o estacionamento na Univali e Univille é a Estapar. A universidade em Joinville paga pelo serviço prestado, por isso não há cobrança de alunos e funcionários. Além disso, a empresa divide com a universidade a arrecadação com os valores arrecadados com os que efetivamente pagam. Na Univali, funcionários pagam um valor semestral de R\$ 70,00 pelo uso do estacionamento e dos alunos é cobrado uma tarifa de R\$ 2,85 por entrada no espaço. A comunidade externa paga um valor superior a R\$ 7,00.

A privatização do estacionamento da FURB, segundo a Coplan, faz parte de um projeto maior que prevê a interligação entre os campi da FURB e a proposta de humanização do ambiente institucional, com a criação do Distrito Universitário. Hoje a universidade é tomada por áreas de circulação. As únicas áreas de convivência são em frente à biblioteca. A professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da FURB, Carla Cintia Back, defende o sistema: “Vai trazer benefícios imediatos, como as novas vagas de paraciclos”.

ABC DEVE GANHAR SEDE NA UNIVERSIDADE

Os benefícios da bicicleta vão além da diminuição do trânsito. Não poluir o ambiente e cuidar da saúde também estão na lista das vantagens oferecidas pelo uso contínuo da bike. De acordo com o guia Bicicleta na Mídia, desenvolvido pela ONG Rodas da Paz e divulgado nacionalmente no último mês, a bicicleta tem emissão zero de poluentes, enquanto o deslocamento individual de carro emite 126 g de CO₂ por km.

Em Blumenau, a Associação Blumenauense Pró-Ciclovias (ABC) busca diminuir os obstáculos que atrapalham a prática na cidade. À frente da entidade desde 2013, Giovani Rafael Seibel lembra que a entidade busca uma aproximação com a universidade desde a posse do reitor João Natel.

As reuniões da entidade hoje acontecem na terceira quarta-feira de cada mês no galpão de Arquitetura da FURB, sempre

DIFERENÇAS:

Ciclovía: É um espaço segregado para fluxo de bicicletas. Isso significa que há uma separação física isolando os ciclistas dos demais veículos.

Ciclofaixa: É quando há apenas uma faixa pintada no chão, sem separação física de qualquer tipo (inclusive cones ou cavaletes). Pode haver “olhos de gato” ou no máximo os tachões do tipo “tartaruga”, como os que separam as faixas de ônibus.

Espaço compartilhado: O tráfego de bicicletas pode ser compartilhado tanto com carros quanto com pedestres.

Fonte: ONG Vá de Bike

Sistema ciclovário de Blumenau

Rua	Extensão	Tipo
	Implantada (m)	
1° de janeiro	3.483,00	ciclofaixa
2 de Setembro	1.638,00	passoio compartilhado
7 de Setembro (entre Ronaldo Baumgarten e Heinrich Hosang)	250,00	ciclovía
7 de Setembro (entre Ronaldo Baumgarten e Pres. John Kennedy)		passoio compartilhado
7 de setembro (entre Pres. John Kennedy e Al. Rio Branco)	3.233,00	passoio compartilhado
7 de setembro (entre Al. Rio Branco e Amazonas)		passoio compartilhado
25 de julho	1.800,00	ciclofaixa
Alm. Barroso	1.561,00	ciclofaixa
Alm. Tamandaré	1.048,00	ciclofaixa
Amazonas (entre Rua 7 de Setembro e Rua Goiás)	2.010,00	ciclofaixa
Amazonas (trecho remanescente)	2.990,00	ciclofaixa
Antônio da Veiga (entre Rua São Paulo e Rua Max Hering)	280,00	passoio compartilhado
Antônio Treiss	1.753,00	ciclofaixa
Ari Barroso	800,00	ciclofaixa
Av. Pres. Castelo Branco (entre S. Paulo e pte Adolfo Konder)	870,00	passoio compartilhado
Av. Pres. Castelo Branco (entre pte Adolfo Konder e 15 de nov.)	753,00	passoio compartilhado
Bernardo Reiter	1.000,00	ciclofaixa
Bernardo Reiter (entre J. Hadlich e n° 1760)	1.760,00	ciclovía
Caçadores	3.600,00	ciclofaixa
Clara Mantau	330,00	ciclovía
Eng. Paul Werner	1.744,00	passoio compartilhado
Eng. Paul Werner (entre Bahia e Alagoas)	360,00	ciclofaixa
Francisco Vahldieck (entre 25 de Julho e Via Expressa)	343,00	ciclofaixa
Francisco Vahldieck	3.340,00	ciclofaixa
Frederico Jensen (entre SC-474 e Ari Barroso)	1.370,00	ciclofaixa
Fritz Spornau	1.200,00	ciclovía
Guilherme Poerner	2.010,00	ciclofaixa
Guilherme Scharf (entre Hermann Lange e Samuel Morse)	1.760,00	passoio compartilhado
Gustavo Zimmermann (entre F. Jensen e O. Wacholz)	3.460,00	ciclofaixa
Gustavo Zimmermann (O. Wacholz + 720metros)	720,00	ciclofaixa
Gustavo Zimmermann (entre n° 8563 e R. Paulo Nowask i)	1.300,00	ciclofaixa
Heinrich Hemmer (entre BR470 e n° 2200)	2.200,00	ciclofaixa
Heinrich Hosang (ligação com a R. 7 de setembro)	495,00	ciclovía
Hermann Huscher	2.540,00	ciclofaixa
Hermann Lange	1.850,00	passoio compartilhado
Humberto de Campos (entre 7 de setembro e Itapiranga)		passoio comp./ciclovía
Humberto de Campos (entre Itapiranga e Mal Deodoro)	1.213,00	ciclovía
Jacob Ineichen (entre n° 1300 e Franz Volles)	1.150,00	ciclofaixa
Johann Hadlich	1.890,00	ciclofaixa
José Reuter (entre Rua do Caçadores e Rua J. Ohf)	500,00	ciclofaixa
José Reuter (entre J. Ohf e ponto final)	3.300,00	ciclofaixa
Marechal Deodoro (H. de Campos e Almirante Tamandaré)	450,00	ciclofaixa
Max Hering (entre Antônio da Veiga e H. Hosang)	300,00	ciclofaixa
Paulo Zimmermann	250,00	ciclofaixa
Pomerode (entre Eng. Udo Deeke e Heinrich Hemmer)	1.759,00	ciclofaixa
Praça do Estudante	150,00	ciclovía
Rep. Argentina (Ant. Treiss e Pte Arcos)	2.269,00	ciclovía
Ricardo Georg	2.180,00	ciclofaixa
Samuel Morse (entre BR-470 e Theodoro Klein com Theodoro Pasold)	880,00	ciclovía
Santa Catarina	570,00	ciclofaixa/ compartilhado
Theodoro Holtrup	1.030,00	ciclofaixa
VP 15 (entre Divinópolis e Johann Ohff)	863,00	ciclofaixa
Complexo Viário Bernardo Wolfgang Werner	1.800,00	ciclovía
Carlos Richebiter	1.400,00	ciclofaixa
Gustavo Luders	250,00	ciclovía
Total	76.055,00	

abertas a toda a comunidade. “Num primeiro momento, nós buscamos um espaço físico para a ABC na FURB, mas depois pretendemos incluir a discussão sobre a bicicleta na universidade”, conta Seibel.

Seibel é integrante do Conselho de Planejamento, ligado à Secretaria de Planejamento de Blumenau e da Frente Parlamentar de Mobilidade Urbana. Também é membro do Conselho Fiscal da União dos Ciclistas do Brasil. A ABC foi fundada em 1997 com a intenção de garantir segurança e estrutura adequada para os usuários da bicicleta na cidade.

“A relação da universidade com a comunidade é uma das razões para ela ter sido criada. Esta relação precisa ser diária, com a ABC na FURB vamos avançar nesse sentido”, considera o professor de Arquitetura da FURB João Francisco Noll, que utiliza a bicicleta para os 12 quilômetros que percorre diariamente, nas idas e vindas do trabalho e define como falta de vontade política a questão da bicicleta na cidade.

O USO DA BICICLETA COMO RESOLUÇÃO

Foi a resolução do ano novo para a professora de Marketing da FURB, Josiane Fernandes: passar a usar a bicicleta como meio de transporte com mais frequência. Deu tão certo que ela chegou a vender o carro, também motivado pela viagem que fará este mês para o doutorado na Inglaterra. Desde então ela sai do Bairro da Velha, onde mora, até a FURB de bike. São cerca de 25 minutos, exatamente o mesmo tempo usado para percorrer o trajeto de carro, com a vantagem de não agredir o meio ambiente e promover o bem estar.

“Não existe absolutamente nada igual. Você se conecta com a vida, com as pessoas, com a cidade. Você passa a enxergar as pessoas, a ser mais tolerante. Não consigo mais imaginar minha vida sem a bike”, vibra.

Josiane também acha que a FURB poderia ampliar as ações em benefício do uso da bicicleta. “Eu acredito que a estrutura deve vir antes. Para vir da minha casa até aqui é uma aventura. A universidade tem a obrigação de ser modelo. Não é função da universidade criar vagas de estacionamento de carros. Mas ela poderia melhorar a infraestrutura para ciclistas”, acredita.

Em entrevista à Rádio Nereu Ramos em julho, o reitor João Natel desconversou sobre a possibilidade de privatização do estacionamento. Ele disse que está se pensando na implantação de medidas de controle de acesso, apenas com cancelas a fim de identificar se os espaços de estacionamento na FURB são suficientes ou não.

“Antes de implantar o sistema de estacionamento pago, a universidade precisa propor alternativas viáveis”

A privatização dos estacionamentos da FURB necessita considerar alguns pontos:

Em se tratando de segurança, a FURB é, conforme jurisprudências que consultei na internet, responsável pelos veículos estacionados em suas dependências, independentemente se são de propriedade de alunos, professores, servidores ou de qualquer outra pessoa que resolva estacionar na FURB, e independentemente se há ou não segurança e cancelas. Portanto, a privatização do estacionamento retira da administração superior a responsabilidade pela segurança e a transfere a terceiros, significando que todos pagarão por o que já lhes é de direito.

Por outro lado, penso que a FURB deveria ser liberada da exigência de oferecer centenas de vagas de automóveis, em favor de grandes espaços de convivência e de socialização, abrindo-os à comunidade. Se se observar a implantação dos campi da FURB, veremos que um percentual bastante elevado é reservado para os estacionamentos. Essa liberação é possível com a devida alteração da legislação municipal que força toda e qualquer edificação a ter um número expressivo de vagas conforme a área construída. No atual contexto mundial, que busca alternativas aos automóveis, para a redução de emissões de CO2, e como já se fez com a legislação da cidade de São Paulo, dever-se-ia determinar o número máximo de vagas a serem oferecidas ou sua extinção.

Em cidades europeias como Londres, há grandes edifícios que possuem pouquíssimas vagas para automóveis, como é o caso do The Shard, o edifício mais alto da Europa, com 87 andares, de autoria do arquiteto Renzo Piano, que possui apenas 48 vagas e será ocupado por 12.000 pessoas (http://elpais.com/elpais/2013/01/21/eps/1358772006_754807.html).

Essa decisão de limitar as vagas está baseada na possibilidade de se poder chegar ao destino com a utilização de outros meios de transporte, tais como ônibus, bicicletas ou a pé. No caso londrino, há um eficiente sistema de transporte público, como ônibus e metrô. Já no caso blumenauense carecemos de um sistema de transporte público que possa minimamente ser considerado como tal, não há qualquer iniciativa pública concreta de se implementar um sistema eficiente de ciclovias e as calçadas impedem a livre circulação de pedestres, cadeirantes, deficientes visuais e mães com carrinhos de bebês. Os dois casos são absurdamente antagônicos.

Penso que se a administração superior da universidade implementar o sistema de estacionamento pago, terá que propor, antes, alternativas viáveis, como melhorias nas calçadas de seu entorno, com a devida acessibilidade, e a implantação de bicicletários em distintos pontos de cada campus, nos quais os possíveis futuros usuários de bicicletas possam guardá-las com segurança e protegidas contra intempéries, e que possam ir a seus destinos com a certeza de que, quando retornarem, encontrarão suas bicicletas intactas. Também é recomendável a instalação de vestiários em diferentes pontos dos campi para que os usuários possam fazer sua higienização após um percurso sob sol abrasador, já que nossas calçadas não dispõem de arborização urbana que pudessem minimizar os efeitos climáticos.

Também penso que as manifestações contra a privatização dos estacionamentos ou sua extinção poderão acarretar movimentos no sentido de pressionar o poder público para que realize as melhorias urbanas que todos, há tempos, esperam e que denotam a total ausência na resolução dos problemas urbanos.

João Francisco Noll
Professor de Arquitetura da FURB

Vagas Estacionamento FURB

Campus	Servidores		Alunos		Total	
	Veículos	Motos	Veículos	Motos	Veículos	Motos
Campus1	260	0	380	250	640	250
Campus2	90	0	300	75	390	75
Campus3	28	0	180	20	208	20
Total Furb	378	0	860	345	1238	345

MAGALI MOSER



A professora da FURB e ciclista, Josiane Fernandes defende ações mais fortes da universidade para incentivar o uso da bicicleta

ONDE ESTÃO OS LEITORES?



MAGALI MOSER

Queda do número de empréstimos leva a biblioteca universitária da FURB a buscar soluções e superar a ideia que concebe o espaço apenas como armazenagem de livros

POR MAGALI MOSER

Jornalista <magali.moser@gmail.com>

O professor Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira é um leitor contumaz. Tem dificuldade para escolher um autor específico que mais o tenha influenciado politicamente, embora não deixe de citar uma lista incluindo pilares dos estudos sociológicos como Karl Marx, Noam Chomsky, Marx Weber e Émile Durkheim. Desde agosto de 1990 na FURB, integra o corpo docente do Curso de Ciências Sociais e é testemunha das mudanças na biblioteca da FURB.

Apontado pelos funcionários do espaço como um dos leitores mais assíduos do local, o gaúcho de Cruz Alta é um dos que resiste em tempos de informação digitalizada.

Com um acervo superior a 550 mil volumes, citada como a segunda maior de Santa Catarina e referência no Sul do Brasil, a biblioteca atravessa um período de crise. O número de empréstimos tem sofrido uma queda brusca nos últimos anos. Os dados mostram esta tendên-

cia. Em 2009 foram 14.241 usuários que fizeram empréstimos enquanto ano passado o número caiu para 11.541. (veja os dados na tabela na página ao lado). A situação está dentro do comportamento observado em bibliotecas universitárias de todo o mundo, na avaliação da direção da biblioteca. Para o diretor, Darlan Jevaer Schmitt, esta que-

da se dá pelo avanço da web e suas muitas ferramentas de busca, além da política de acesso aberto no mundo das publicações científicas. É resultado direto do momento vivido, ao comparar a situação aos relatos ouvidos em seminários nacionais de bibliotecas universitárias. No entanto, as mudanças apresentam novos desafios.

“Uma biblioteca não é um depósito de livros, mas uma estação de serviços que contribui para a busca e a difusão de informação que, uma vez trabalhada, torna-se conhecimento”, defende o professor Oliveira, ao estimular a ideia da biblioteca enquanto casa de conhecimento.

UM NOVO CONCEITO DE BIBLIOTECA

As mudanças nos hábitos de leitura já haviam sido identificadas pelo colunista do **Expressão**, prof. Dr. Marcos Antônio Mattedi. Na edição de dezembro de 2013 ele constata: “É sempre mais difícil encontrar alguém lendo um livro na FURB. Alunos e professores, nós estamos cada vez mais ligados em smartphones. Vivemos um momento em que as tecnologias digitais entram em simbiose com as práticas comunicativas, produtivas, afetivas, sexuais, educacionais, recreativas, etc, redefinindo as ligações sociais. E assim, o livro parece deixar de ser a melhor forma de transportar informação. A sensação que fica é que uma mudança profunda está acontecendo”.

Uma das alternativas citadas pelo diretor da biblioteca para enfrentar as mudanças é o conceito de “biblioteca parque”, capaz de introduzir outros atrativos culturais no local, como exposições, bate-papo com escritores, exibição de filmes seguidos de debate, contemplação de obras de arte.

“A biblioteca é um espaço de produção de conhecimento, mas se ficar só nisso ela

tende a ter problemas de se sustentar e se manter. Ela precisa ser vista como equipamento cultural. Este é o espaço mais público da universidade”, avalia Schmitt.

O diretor da biblioteca tem muito claro qual deve ser o papel do espaço. Para ele, a função da biblioteca é melhorar as perspectivas das pessoas no mundo. Para isso, ele defende ações de aproximação da comunidade. Pela primeira vez em 47 anos de existência, a biblioteca abriu domingo em dois dias em 2013, em abril e outubro. Nos dois momentos, o registro de público surpreendeu e faz a direção pensar em repetir a ação.

“Competência informacional é o serviço mais importante prestado pela biblioteca: acessar a informação relevante em um menor tempo”, acredita a bibliotecária Tânia Maria de Souza Ferreira. E continua: “O material impresso e o silêncio fizeram a biblioteca viajar 2 mil anos na história. A Internet apresenta vantagens como a dispensa de espaço para armazenamento, e a seleção mais criteriosa para impressão, evitando dessa forma mais danos ambientais. Mas há a necessidade de um Plano B principalmente para informação científica que nasce quase exclusivamente no formato digital”, alerta.

Há 20 anos funcionária do espaço, Tânia acompanhou as transformações com a mudança do impresso para o digital, mas não acredita no fim da biblioteca - talvez fim da biblioteca no formato que estamos acostumados, mas nascendo como espaço de multimeios em coleções acessíveis de forma concreta: “coleções fazem conexões”. Para ela, sempre será necessário existir as conexões entre o conhecimento, ainda que os livros em formato papel deixem de ser fabricados.

“

Uma biblioteca não é um depósito de livros, mas uma estação de serviços que contribui para a busca e a difusão de informação, que uma vez trabalhada, torna-se conhecimento

APAIXONADOS POR LIVROS

Desde que ingressou na graduação em Biologia, em março de 1981, o professor Pedro Bertelli costuma passar mais tempo na FURB do que na própria casa. Há um espaço específico na universidade preferido por ele: O biólogo pode ser encontrado na Biblioteca Universitária da FURB até aos sábados! Com licença aposentadoria desde março, ele ocupa o tempo entre leituras diversas. Mas é usuário frequente do espaço desde os tempos que a biblioteca não tinha ar condicionado e ficava anexa ao bloco A. Costumava levar turmas de alunos para a biblioteca afim de ensiná-los a utilizar o espaço de forma adequada.

“Poderia ler em casa, mas ler na biblioteca é diferente. Aqui é o espaço mais adequado para esta atividade. Em casa posso sentir o cheiro de comida do vizinho, o latido do cachorro, a campainha pode tocar. Aqui não há qualquer distração”, defende o entusiasta do espaço.

Não são só os livros específicos da Biologia que atraem seu interesse. O professor gosta de percorrer os corredores e se deparar com descobertas literárias e periódicos.

“Ler é aprender, conhecer, viajar no pensamento. Vivemos uma época de muita informação e pouco conhecimento”, opina o professor que passa em média 2 horas por dia na biblioteca e é antigo conhecido dos funcionários. Bertelli não acredita que as novas tecnologias possam representar uma ameaça à biblioteca.

Quando o **Expressão Universitária** esteve no local em agosto para a produção da reportagem, chamou a atenção a quantidade de usuários nos pufes, superior ao número de leitores nas mesas. As mudanças no perfil dos leitores chamam a atenção do professor Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira não apenas na biblioteca, mas também na sala de aula. Um caso emblemático apontado por ele para demonstrar esta constatação foi recente trabalho que passou para os alunos. Nos trabalhos entregues pelos alunos, a hifienização das palavras aparecia no meio das frases, numa clara demonstração de que o texto havia sido copiado integralmente da internet. A baixa produção autoral é um dos reflexos desses tempos marcados pela disseminação da informação digital e “da ideia de que tudo está na internet”, na avaliação do professor. “A digitalização tem um lado prático. Você manipula e transmite a informação com facilidade. Mas do ponto de vista do processo de aprendizado tem sido negativo. Estudantes estão perdendo a capacidade de pesquisar”, lamenta.

A Biblioteca Universitária conta com 41 funcionários. A construção do espaço começou com uma doação do acervo particular do professor Martinho Cardoso da Veiga, primeiro reitor da FURB – que hoje dá nome ao local.



Apontado como usuário assíduo da Biblioteca pelos funcionários, professor Jorge Gustavo busca entender as origens culturais de seu povo

Número de usuários da Biblioteca (2009-2014)

Usuários	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Habilitados	17.724	17.729	16.073	15.367	15.337	14.080
Efetuaram empréstimos	14.241	13.465	12.730	11.880	11.722	11.541
Média empréstimos/usuários	104,00	96,29	92,16	87,74	84,90	58,3

FONTE: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Movimento de empréstimos (2009-2014)

2009	2010	2011	2012	2013	2014
1.474.983	1.296.499	1.173.202	1.042.355	995.250	820.917

FONTE: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



Pedro Bertelli é entusiasta do espaço e não acredita que as novas tecnologias possam representar uma ameaça à Biblioteca Universitária

FOTOS: MAGALI MOSER



Com um acervo de mais de 550 mil livros, a Biblioteca Universitária funciona de segunda a sexta-feira das 7h30min às 22h. Aos sábados, abre das 8h às 17h.

OS INDIVÍDUOS NÃO HUMANOS **IMPORTAM**

Se não formos capazes de reconhecer de algum modo o valor intrínseco dos indivíduos, estaremos assumindo que somente devemos nos preocupar pela vida de um ser

POR LUCIANO FÉLIX FLORIT

Sociólogo; Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Departamento de Ciências Sociais e Filosofia <lucianoflorit@gmail.com>

JAIIME BATISTA



No excelente artigo publicado no dia 12 de agosto de 2015 no Jornal de Santa Catarina, o naturalista e ecólogo Lauro Bacca explica com notável clareza e concisão o papel dos indivíduos na transmissão dos genes que perpetuam as espécies na natureza. Esse papel é crucial na medida em que os indivíduos melhor adaptados terão maiores chances de se reproduzir, o que garante a contínua autodepuração biológica das espécies através do tempo. Esta autodepuração tem sido decisiva para viabilizar a extraordinária biodiversidade que existe, assim como também para nossa própria existência humana ter chegado no ponto a que chegou. A natureza “investe na espécie” através dos seus indivíduos e os indivíduos melhor adaptados servem a sua espécie se reproduzindo mais, enquanto que os menos adaptados a servem se reproduzindo menos ou não se reproduzindo. A explicação de Bacca é oportuna, na medida em que questiona a utilidade em gastar recursos para salvar alguns pinguins, o que em quase nada contribuirá a beneficiar a respectiva espécie, enquanto, em contrapartida, pouco fazemos pelas espécies locais realmente ameaçadas (como antas, pumas e pacas) com relação às quais nossa ação poderia sim fazer uma significativa diferença.

Argumentos como os colocados são muito válidos para casos como o que o autor relatou. O benefício total em dedicar esforços a salvar espécies ameaçadas próximas é incensuravelmente maior do que o benefício em salvar uns poucos, embora simpáticos, indivíduos de espécies longínquas que nem sequer estão ameaçadas. Mas é preciso atentar cuidadosamente às implicações deste tipo de argumento em outras situações em que enfrentamos dilemas éticos de indivíduos e espécies não humanas. Isto porque do ponto de vista ético os indivíduos importam, e muito, não apenas pelo serviço que prestam à sua espécie.

Indivíduos importam porque a vida deles tem valor intrínseco. Em particular para seres que têm sensações e algum senso de autoconsciência,

sua vida tem valor para si mesmos. Na verdade, em se tratando de pinguins, pumas, antas e pacas, o valor da vida de

indivíduos é bem fácil de se identificar, pois esses seres, como nós, têm capacidade de sofrer. Há alguém sofrendo por trás da roupa de um pinguim, assim como há alguém sofrendo por trás da roupa de uma paca, puma ou anta. E como nós humanos nos preocupamos em evitar nosso sofrimento, não há razão para negligenciar o sofrimento de pumas, pacas, antas ou pinguins.

Se não formos capazes de reconhecer de algum modo o valor intrínseco dos indivíduos, estaremos assumindo que somente devemos nos preocupar pela vida de um ser na medida em que esta seja um fator contribuinte para outra finalidade. É uma linha de raciocínio semelhante à que fundamenta o antropocentrismo exacerbado e a coisificação da natureza. Este limita o reconhecimento de valor à vida não humana à utilidade que esta possa ter para os seres humanos, sendo estes últimos os únicos mercedores de um valor intrínseco.

É claro que esta percepção, se levada a sério, como entendo que deveríamos levar, traz uma quantidade de dificuldades e dilemas. Mas penso que a defesa da natureza deve investir esforços em combinar a defesa de entidades totais, como ecossistemas e espécies, com argumentos voltados aos indivíduos. O tratamento que dispensamos a bilhões de seres na produção industrial está intimamente relacionado com o modo com que a sociedade industrial-capitalista tem lidado com a natureza na nossa civilização. As causas profundas desse tratamento não estão longe das que ameaçam a biodiversidade e as áreas protegidas. Apenas as respostas sociais aos problemas têm sido diferenciadas, levando a uma clivagem entre ambientalistas e animalistas que, no fundo, não deveria acontecer. Se ambos olhassem com atenção aquilo que as respectivas concepções de natureza deixam de fora, a separação entre ambas as lutas seria apenas uma divisão do trabalho e uma economia de esforços, mas não uma cisão de concepção. Poderíamos então nos preocupar por pumas, pacas, antas, pinguins, porcos e galinhas.

Blumenau e Santa Catarina são locus privilegiados para esta reflexão e têm uma necessidade urgente dela. Por um lado, temos tradição e trajetórias inspiradoras que mantêm viva a chama de reconhecer a importância de preservar a natureza como ela é. A ACAPRENA é talvez o mais belo exemplo dessa tradição. Por outro lado, temos no nosso território a maior concentração por habitante de morte industrial de animais, exemplo do mais radical excesso do espírito transformador e dominador da natureza. Por tudo isso, este é um excelente lugar para desenvolver um amor menos seletivo, incluindo natureza, espécies, indivíduos humanos e não humanos.

“

Por um lado, temos tradição e trajetórias inspiradoras que mantêm viva a chama de reconhecer a importância de preservar a natureza como ela é. A ACAPRENA é talvez o mais belo exemplo desta tradição



ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

FOTOS: MAGALI MOSER

Produtores se unem à FURB, EPAGRI E IPHAN com a intenção de garantir a regulamentação do Kochkäse, queijo típico do Vale do Itajaí

O queijo cozido típico da culinária germânica, o Kochkäse, está para o Vale do Itajaí assim com o Acarajé para a Bahia e o Frevo para as manifestações culturais pernambucanas. Estes dois últimos já estão na lista dos 28 patrimônios imateriais registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pela preservação do patrimônio histórico cultural brasileiro. O Kochkäse, fruto de fermentação natural e de um processo de fabricação que pode levar até sete dias, aguarda entrar na lista. Vários estudos estão sendo feitos desde 2009, com a colaboração da FURB e de outras entidades como a EPAGRI e o próprio IPHAN. Produtores e entusiastas do queijo esperam também pela regulamentação do Kochkäse para comercialização. O Kochkäse é feito de modo caseiro, sem pasteurização do leite (a partir do queijinho, produzido à base de leite cru), e por isso, não é regulamentado pelo Ministério da Agricultura para comercialização. Tradicional na cultura alemã, a iguaria também conhecida como queijo cozido é facilmente encontrada em feiras de produtos artesanais. Aos 63 anos, Norberto Gaedtker mantém na Vila Itoupava a tradição aprendida com a avó. “O Kochkäse para mim tem sabor de infância. Por muito tempo este queijo ficou no esquecimento. Acho muito importante o trabalho que estão fazendo de regulamentação do Kochkäse”, argumenta.

Depois de se aposentar como tecelão, em 1995, Norberto passou a participar de feiras artesanais e viu as encomendas do queijo cozido aumentarem. Ele é defensor do processo totalmente artesanal na fabricação do queijo. Acredita que o uso do leite pasteurizado compromete o sabor e a característica do Kochkäse. Há produtores que usam o bicarbonato de sódio a fim de agilizar o processo, prática também condenada pelo aposentado.

O professor de Bioética e Saúde Animal do curso de Medicina Veterinária da FURB, Silvio Negrão, lembra que o primeiro passo para garantir a regulamentação do Kochkäse é a regulamentação do rebanho. Os animais precisam ser livres de brucelose e tuberculose. Outro critério é o controle de mastite (inflamação na glândula mamária) do rebanho leiteiro. “Sem monitoramento do rebanho, não há possibilidade de regulamentação comercial do Kochkäse. É uma questão de saúde pública”.

O Kochkäse é considerado um produto típico da culinária da região, trazido pelos colonizadores alemães, o seu saber fazer foi transmitido por gerações. O registro de um bem como patrimônio imaterial garante a sua perpetuação, que o saber fazer não se perca, salvaguarda o bem imaterial.

“Acredito que o registro e o reconhecimento do Kochkäse como patrimônio da região sejam inquestionáveis por ter uma memória afetiva, atribuição de sentido e identidade. De alguma forma ele está ligado à sequência de gerações”, defende a historiadora do IPHAN/SC, Regina Helena Santiago.

O Expressão conversou com a técnica de Laboratório do Departamento de Engenharia Química e dirigente do SINSEPEs, Marian Natalie Meisen, que é entusiasta e defensora do Kochkäse. Confira:

Expressão Universitária: Como é o processo de fabricação do Kochkäse?

Marian Natalie Meisen - O processo de fabricação é peculiar. Depois que o leite é ordenhado, precisa ser desnatado, por este motivo, o kochkase, podemos afirmar isso com base em algumas análises, é um queijo desnatado, com percentual de gordura abaixo de 10%. Depois de desnatado, o leite passa por um processo de coagulação natural, ou seja, sem acréscimo de coalho ou outro coadjuvante como ocorre nos outros queijos. Depois de um dia, a massa é levada ao fogo para um leve aquecimento, neste ponto o leite já está todo coagulado. A massa é então depositada em um saco de pano de algodão para a retirada do soro, este processo pode levar mais um dia, quando forma-se o queijinho branco. O queijinho branco, que não pode estar muito

úmido, é então esfarelado em uma travessa e essa massa não pode ser muito alta, algo em torno de 3 ou 5 centímetros. Algumas pessoas já salgam neste momento, outros salgam no cozimento. A massa normalmente é coberta com algum pano de algodão ou voal, é revolvida pelo menos uma vez por dia e assim começa o processo de fermentação do queijo que pode durar entre dois a sete dias, dependendo da temperatura ambiente, no verão esse processo é mais rápido. Depois que a massa começa a ficar amarelada, com cheiro característico, onde não há mais grumos soltos, está pronta para o cozimento. O cozimento pode ser feito em uma panela ou frigideira. A massa precisa ser mexida o tempo todo e estará pronta assim que se transformar em um queijo uniforme com cor amarelada e sem presença visível de grumo do queijo fermentado. O queijo é então depositado em um pote para ser consumido com pão, comumente. A vantagem de fazer em casa é que o produto quente tem um sabor especial e ainda tem a “casquinha” que se formou no fundo da panela para ser comido.

Expressão - Além de preservar a tradição, os estudos buscam contribuir para a regulamentação do Kochkäse para comercialização. Qual o principal impedimento nesse sentido hoje?

Marian - Por se tratar de um produto de origem animal, a sua produção é inspecionada e o produtor deve seguir alguns requisitos para poder comercializar legalmente. A questão da higiene na ordenha, saúde do rebanho, higiene no processo de produção são itens irremediáveis para qualquer tipo de produção que envolva produtos de origem animal ou não. Acontece que o Kochkäse ainda não possui regulamentação técnica que possa servir de base para a sua produção e para os serviços de inspeção. Outro impedimento diz respeito ao próprio Ministério da Agricultura que, até alguns anos atrás, não permitia a comercialização de queijos feitos a partir de leite cru. Em Blumenau há dois únicos produtores que pasteurizam o leite, os demais municípios possuem produtores que trabalham exclusivamente com leite cru desnatado. O órgão tem, aos poucos, compreendido a particularidades de queijos feitos com leite cru de pequenos produtores e até apoiado iniciativas como a nossa.

Expressão - De que maneira a FURB pode contribuir nesse processo de tornar o Kochkäse um patrimônio cultural?

Marian - A FURB tem contribuído ao longo dos anos em que tem participado do processo. Os primeiros contatos com a EPAGRI foram feitos em 2010, a EPAGRI foi a instituição que encabeçou o processo de registro como patrimônio imaterial, a Universidade se envolveu depois. Também há o envolvimento do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, com sede em Timbó. A Universidade já colaborou com o tema a partir da aprovação de um projeto de pesquisa que contemplou quatro linhas de estudo, entre elas uma pesquisa para levantamento de dados históricos e antropológicos desenvolvido pela prof. Marilda C. G. da Silva, do PPGDR. Esta pesquisa foi financiada pelo IPHAN, com colaboração da EPAGRI, e durou dois anos, com início em 2012 e término em 2014. A Universidade ainda tem muito a contribuir, não só com a questão do patrimônio em si, mas também na questão da Indicação Geográfica. Pesquisas podem ser feitas com o tema nos programas de pós-graduação, particularmente citaria os programas de Engenharia Química (dentro do departamento em que trabalho), Engenharia Ambiental, Administração e Desenvolvimento Regional, tenho várias linhas de pesquisa em mente, é só ter equipe de trabalho para por em prática tudo que tenho ouvido ao longo desses anos, especialmente no último ano, tenho tentado articular a formação de uma equipe de pesquisa na Universidade, por ser um tema que sou apaixonada.



CURTAS

PESQUISADORA REFLETE SOBRE RELAÇÃO DAS PESSOAS COM A TECNOLOGIA DIGITAL

A professora do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense (UFF) Paula Sibilia esteve em Blumenau dia 28 de agosto a convite do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Prodocência, com o apoio do Programa de Pós Graduação em Educação da FURB. O encontro ocorreu no auditório da Biblioteca Central e contou com transmissão ao vivo no auditório do Bloco J. Ela falou para uma plateia formada por professores e alunos. Também estiveram presentes professores da rede municipal. O tema da palestra envolveu o mais recente livro lançado por ela *Entre redes e paredes: corpos e subjetividades "incompatíveis" com a escola?* A professora veio exclusivamente para o compromisso. Secretarias de Educação de toda a região foram convidadas. Paula Sibilia é graduada em Ciências da Comunicação, pela Universidade de Buenos Aires (UBA), mestre na mesma área, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e doutora em Saúde Coletiva, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UFRJ).



JAMIE BATISTA SILVA

COLMEIA CHEGA A QUARTA EDIÇÃO COM RECORDE DE ATRAÇÕES DIAS 19 E 20 NO TEATRO CARLOS GOMES

O Coletivo Laboral Multicultural de Experimentações e Intervenções Artísticas (COLMEIA) finaliza os detalhes da programação do evento que ocorre nos dias 19 e 20 de setembro, no Teatro Carlos Gomes, com entrada gratuita. As inscrições de atrações se encerraram dia 31 de julho e tiveram um número recorde de adesões. Nesta edição, o público poderá prestigiar 276 atrações divididas nas áreas de artesanato, artes cênicas, cinema, culinária, dança, HIP HOP, literatura, música, oficinas e visuais. Acompanhe as notícias e as novidades pelo www.facebook.com/coletivocolmeia. Artistas de Blumenau e região se apresentam levam suas manifestações artísticas para todos os espaços do teatro, incluindo corredores e salas. Por vezes comparado a uma virada cultural, o COLMEIA esclarece que não é uma e não pretende ser. É uma forma de o público conhecer melhor o trabalho de quem produz a arte na região. Em agosto o coordenador cultural do Teatro Carlos Gomes, Rodrigo Dal Molin, e a moderadora do GT de Hip Hop, Monalisa Oliveira, estiveram no Programa do SINSEPE na FURB TV, o Cidadania em Debate, quando falaram sobre a edição 2015 do evento. O COLMEIA propõe ao Teatro Carlos Gomes a realização de um evento anual e desde 2012 promove uma ação de dois dias com intervenções e experimentações artísticas. A parceria estabelecida indica que o Teatro Carlos Gomes cede as dependências e a estrutura sem custos e os artistas cedem a sua produção. Desta forma, a comunidade tem acesso ao movimento cultural sem cobrança de ingressos. O COLMEIA fez uma parceria com o curso de Jornalismo da FURB de modo que os alunos auxiliarão na cobertura do evento.



ARQUIVO PIBID

9ª MIPE OCORRE ENTRE OS DIAS 28 E 29 DE SETEMBRO

Interessados em participar das atividades técnico-científicas que acontecerão durante a 9ª Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão (MIPE) da Universidade Regional de Blumenau (FURB) têm até o dia 11 de setembro para fazer a inscrição. A MIPE ocorre nos dias 28 e 29 de setembro. Estas atividades, porém, serão ministradas no primeiro dia da Mostra, dia 28 de setembro. Todas as atividades terão início às 15h30min.

São 16 opções entre minicursos, mostras de vídeo, rodas de conversa e workshops, com carga-horária entre 1h e 2h. Além de gratuitas, os estudantes poderão validar sua participação como horas de Atividades Acadêmico Científico Culturais (AACCs). Inscrições podem ser feitas pelo e-mail: mipe@furb.br. É preciso informar o Nome completo, e-mail, telefone e o título da atividade.

PROFESSORA DA FURB INVESTIGA O ADOECIMENTO DE TRABALHADORES

Blumenau é a quinta cidade do país com maior número percentual de trabalhadores com doenças ocupacionais e está em quarto lugar entre as cidades do país em subnotificação de acidentes de trabalho. O assunto foi tema da

tese de doutorado da professora Elsa Bevia, do curso de Direito da FURB. "Nosso propósito na pesquisa de tese foi investigar o adoecimento dos trabalhadores, com a globalização da economia, vítimas das constantes reestruturações, precarização dos processos e relações nos ambientes de trabalho", explica. Segundo ela, trata-se de fenômeno que vem agravando-se a cada dia, provocando preocupação, especialmente com o sofrimento gerado. O interesse para realizar esta pesquisa de tese surgiu com as suas angústias vivenciadas na carreira como advogada e professora universitária. A professora obteve o título de Doutora em Ciências Humanas com a tese defendida em 17 de maio na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fizeram parte da Banca os professores doutores Jorge Luiz Souto Maior; Professor de Direito do Trabalho da USP, Daniela Muradas; Professora de Direito do Trabalho da UFMG, José Isaac Pilatti; Professor de Direito Civil e Romano da UFSC, Delamar José Volpato Dutra; Professor de Filosofia da UFSC, Ivo Theiss - Professor de Economia da FURB e a Luzinete Simões Minella; professora de Sociologia da UFSC. O orientador foi o Prof. Dr. Selvino José Assmann - Professor de Filosofia da UFSC.



TRAGÉDIA ESPERADA

Enchentes em Blumenau: a construção de uma cultura de risco de desastres a partir da imprensa

POR JUSSARA SPOLAOR

Psicóloga < jussaraspolaor@gmail.com >

Durante a enchente ocorrida em 2008 em Blumenau, eu me encontrava morando em São Paulo e acompanhando pela internet e televisão as dificuldades enfrentadas pela população da cidade. Muitos amigos atuaram de maneira voluntária e me relatavam o quanto se sentiam despreparados para lidarem com os problemas postos a todos diante do desastre que se colocava, ainda que fossem graduandos ou estivessem se voluntariando junto a profissionais das mais diversas áreas de atuação – como saúde e humanas. Como estava morando longe de Blumenau e não tinha como me ausentar de minhas responsabilidades em São Paulo, articulei junto a colegas psicólogos com formação para atuação em situação de desastres, uma intervenção voluntária, ao passo que fui desenhando minha pesquisa de mestrado.

O foco da pesquisa se voltou para as atuações governamentais e comunitárias para o enfrentamento de desastres na cidade de Blumenau (SC) na construção de uma cultura de risco de desastres. O objetivo do trabalho foi compreender estes aspectos, sendo que dentre as principais questões que surgiram, colocava-se a necessidade de compreender as políticas públicas para situações de desastres e as estratégias de atuação local e comunitárias. A mídia foi o canal escolhido para entender parte desses aspectos, uma vez que o jornal local é um dos operadores na construção de sentidos sociais contemporâneos, somando-se sempre a outros circuitos de formação e a vivência de situações semelhantes. Entende-se que, mesmo quando situações adversas são eventos cíclicos, os impactos se relacionam com o desenvolvimento econômico, social, psicológico e estratégias pessoais e governamentais para enfrentamento desses acontecimentos.

Utilizamos o vocábulo “desastre”, a partir do entendimento de que situações como enchentes, deslizamentos ou outros tipos de desastres, ocorrem com frequência, entretanto, a terminologia “desastre” está associada à tradição não naturalizante das relações, partindo do princípio de que tais situações são consideradas desastres a partir das construções sociais acerca do fenômeno (MATTEDI; BUTZKE, 2001). Da mesma forma, as ajudas humanitárias que se oferecem, bem como as ajudas locais, dependem das definições que se tem acerca do fenômeno em questão (QUARANTELLI, 1986, apud COELHO, 2007).

A cultura de desastre se dá pelo enfrentamento após a ocorrência, com ações posteriores aos desastres. Na noção de cultura de risco de desastre, há o entendimento do que se delimita por Sociedade de Riscos e busca-se assim ações preventivas com o objetivo de minimizar os danos causados por desastres. A cultura de risco de desastre se constrói, sendo alvo de ações de governos e ações decorrentes de mobilizações locais, tomada enquanto objeto de políticas públicas num contexto de Estado governamentalizado, bem como numa sociedade de risco. Ou seja, essa construção de cultura de risco de desastre se dá apenas em uma sociedade de risco e abarca tanto os sentidos construídos sobre estes acontecimentos quanto as estratégias para enfrentá-los, tais como desenvolvimento tecnológico para construção de represas, construção de móveis que possam ser removidos em caso de inundação, modos de prevenção por meio da comunicação sobre áreas de risco, incluindo a ocupação territorial em áreas que apresentam riscos menores, e o acesso a informações, entre outros

Segundo Beck (1986[2010]), quando se vivencia um desastre em que as ações preventivas ou mesmo de enfrentamento não são suficientes, a ameaça passa a ser entendida como algo mais danoso do que de fato é, o que aumenta a sensação de suscetibilidade generalizada. Sendo assim, o fato de o risco ser inconcebível ou mesmo imperceptível se coloca como conceito que se alia à ideia de um risco residual. O autor constroi que desde a década de 1970 dá-se seguimento à construção do conflito entre uma sociedade de risco e uma sociedade de escassez. Esses conflitos possibilitam construções sociais sobre pensamento e ação diferenciadas das tradicionais. A questão dos riscos, que muitas vezes foi atrelada a riscos pessoais, passou a se configurar como riscos globais, processo identificado como diretamente relacionado com a industrialização das sociedades.

As questões decorrentes da modernização na sociedade são tomadas, portanto, como altamente relacionadas à produção de riscos. O entendimento de que os riscos devem ser controlados e dimensionados técnica e cientificamente coloca-os no lugar de algo natural, de um dispositivo orgânico pura e simplesmente. Assim, a sociedade passa a ser entendida muito mais como uma vítima do que como atuante no processo de produção de riscos e ocorre uma retomada de modos de racionalização científicos para tentar dar conta desses acontecimentos. Ao mesmo tempo em que se entende que os riscos são “naturais”, são “orgânicos”, “climáticos” e “ambientais”, passando assim a utilizar o aparato científico para entender esses fenômenos “naturais”, tem-se que os riscos são imponderáveis,

incalculáveis, na medida em que estão evidenciados nas mais diferentes sociedades.

Para lidar com os riscos na Sociedade de Riscos, se faz necessário gerenciá-los, preparando-se para lidar com tanto com os riscos atuais ou potenciais, passando a ser algo esperado no cotidiano. O que diferencia a fundamentação proposta é que o campo de gestão dos riscos passa a ser tomado majoritariamente como um problema dos governos e não um infortúnio com o qual as populações locais precisam aprender a lidar eventualmente.

Fica então compreendido que a gestão dos riscos tem relação com o desenvolvimento tecnológico e da informação, evidenciados, sobretudo, no processo de globalização. Com a construção da globalização das sociedades, uma das principais consequências tem sido a desterritorialização, somada ao entendimento dos indivíduos não mais como inseridos numa “massa populacional” mas sim como processos de singularização por meio da destradicionalização das relações.

A emergência de um entendimento diferente acerca dos riscos traz consigo a necessidade de conceituações trans e interdisciplinares, para dar conta da sofisticação dos riscos atuais. Também se coloca a necessidade de uma gestão de informações igualmente sofisticada e interligada, inserindo a questão da ética no processo de modernização. Com relação à ética, o que se coloca neste momento é não apenas uma ética do prescritível, mas sim uma ética dialógica, em que a sociedade passa a ser colocada a dialogar diante desses riscos. A gestão das informações traz, ao nível individual, um modelo diferenciado em que às pessoas é dada a possibilidade de escolha diante dos riscos, diferentemente de um modelo disciplinar que impunha obrigatoriedades à população (SPINK, 2001).

No Brasil, a gestão dos riscos de desastre e sua estruturação em termos de políticas públicas identifica a Defesa Civil como o órgão privilegiado responsável por atuar nesse tipo de problema. Ainda que se reconheça que a atuação envolve diversos setores, como a saúde e a educação, é na Defesa Civil que o país tem construído as principais estratégias para gerenciamento de riscos ambientais.

Na pesquisa, nos perguntamos sobre a formação de uma cultura de desastre em que a gestão de riscos ambientais deixa de ser objeto de ações locais e comunitárias, passando para o âmbito dos governos. Com esse objetivo, analisamos as duas últimas enchentes ocorridas na referida cidade, nos anos de 2008 e 2011, comparando a cobertura desses dois eventos no Jornal de Santa Catarina.

A análise comparativa sugere que houve considerável mudança na cultura de desastres da região de Blumenau, entre os anos de 2008 e 2011, principalmente retratando mudanças sobre gestão de risco de desastre pelos órgãos governamentais. Constatamos que, ao mesmo tempo em que houve diminuição de mortes de pessoas nos períodos, no que se refere à organização e conduta diferenciadas, houve mudança no que se refere à formação de redes de solidariedade; ao passo que o espaço dedicado às ações de solidariedade nos dois períodos analisados foi de pouca expressão em relação às outras ações, no ano de 2011 obtiveram menos expressão que em 2008. A alteração com relação à presença de ações voluntárias nos dois períodos evidencia, contudo, que a articulação de solidariedade continuou ocorrendo.

Com base nessas considerações, entendemos que nos dois períodos a menção em relação às vítimas foi relativamente menor que sobre outros temas abordados na análise. Comparativamente fica evidente que as ações oficiais se tornaram mais coordenadas e diferenciadas em 2011, bem como as ações voluntárias passaram a ser coordenadas principalmente pela Defesa Civil e pela prefeitura, no ano de 2011.

Assim, dentre muitos aspectos problematizados na pesquisa, faz-se importante a construção de uma postura de gestão de riscos dialógica, considerando-se que apenas o fornecimento de informações não se mostra totalmente eficiente para lidar com os riscos presentes na região estudada. Desta feita, construir uma atuação que contemple ações governamentais eficazes e que não suprima as ações de solidariedade ou desarticule os laços comunitários, tem se colocado como desafio para as sociedades. A postura disciplinar que por vezes é adotada, como no caso das demolições, tem se mostrado como insuficiente, trazendo com isto a reflexão de que a postura dialógica precisa ser o caminho na construção de possibilidades de gestão de riscos na atualidade.

“

Faz-se importante a construção de uma postura de gestão de riscos dialógica, considerando-se que apenas o fornecimento de informações não se mostra totalmente eficiente para lidar com os riscos presentes na região



LADO B

DA CRISE DA FURB À CRISE NA FURB

A capa do Jornal de Santa Catarina do dia 29 de Julho de 2015 estampa uma manchete intrigante: “FURB lança plano para reduzir custo em R\$ 800 mil por mês”. Mas no interior do jornal o “plano” recebe apenas duas Notas na coluna no Pancho. Se, por um lado, a crise na maior universidade da região parece não ter importância para o maior jornal da região; por outro lado, faz tempo que um plano da FURB não é assunto de jornal. Isto revela que a FURB perdeu protagonismo no desenvolvimento da região. Esta perda de centralidade constitui o resultado combinado de duas crises: a) A Crise da FURB; b) A Crise na FURB.

A Crise da FURB (investimento) refere-se à estagnação do crescimento do número de alunos. Está relacionada à perda do monopólio da oferta de ensino superior na região. Constitui o efeito combinado de duas políticas do MEC: a) A desregulamentação do ensino superior pelo Governo PSDB (1994-2002) padrão UNIASSELVI; b) o estímulo ao ensino público durante o Governo PT (2003-2015) padrão Puxadinho da UFSC. O resultado foi a crise do modelo institucional da FURB desenhado em 1992. Este modelo previa a expansão progressiva do número de alunos para sustentar a condição pública da universidade.

A Crise na FURB (financiamento) diz respeito às consequências do fim de um ciclo de expansão econômica. Refere-se aos efeitos do ajuste fiscal e da crise econômica do Governo Dilma II sobre o financiamento da universidade. Este processo afeta a FURB de duas formas principais: a) diminui o fluxo de transferência de recursos públicos para a instituição, como é o caso do FIES; b) diminui a renda das famílias, provocando a queda nas matrículas do ensino superior na região. Dito de outra forma, a diminuição dos subsídios públicos acontece num momento em que as pessoas tem menos recursos para investir em educação.

Portanto, a FURB atravessa uma dupla crise. Por um lado, o crônico problema da redução da capacidade de investimento; por outro, o problema agudo de financiamento pela queda brusca na receita. Esta crise é, portanto, causada por fatores internos (organizacionais) e externos (contextuais). Mais precisamente, uma crise que possui, simultaneamente, causas estruturais e conjunturais. O cenário criado pela associação destas duas crises é um perigoso ciclo de retroalimentação positiva: o aumento do custo das mensalidades diminui o número de alunos, mas a diminuição do número de alunos aumenta a mensalidade.

O efeito combinado da crise de investimento (renovação) e financeira (manutenção) põe em risco o estatuto público da FURB. Esta ameaça ao caráter público não se refere somente à estabilidade dos fun-

cionários enquanto servidores públicos. Compreende duas condições mais decisivas: a) a perda da impessoalidade nas condições produção, transmissão e repasse do conhecimento; b) a perda da autonomia da universidade de controlar sua própria agenda política. Portanto, essa dupla crise pode comprometer a autonomia acadêmica da FURB: a) risco do improviso interno; b) risco da intervenção externa.

O risco do improviso interno refere-se à necessidade de adaptação da instituição à conjuntura econômica sem planejamento. Mais precisamente, estabelecer uma mudança da estrutura organizacional sem ter um projeto claramente desenhado e politicamente negociado com a comunidade acadêmica. Os efeitos desse processo podem comprometer a liberdade acadêmica e as conquistas acadêmicas alcançadas ao longo desses trinta anos. Mais precisamente, bloquear o processo de transformação da FURB num centro autônomo de produção e difusão do conhecimento para o desenvolvimento da região.

O risco de intervenção externa diz respeito à capacidade da FURB controlar a si mesma. O descontrole financeiro forçaria uma intervenção da prefeitura na gestão da universidade. A FURB é uma autarquia municipal. Portanto, responde as regras de funcionamento da administração pública. Um agravamento da crise põe em risco a sustentabilidade do Instituto Municipal de Seguridade Social (ISSBLU) e no limite a solvência da própria Prefeitura Municipal de Blumenau. Neste contexto, o Poder Executivo pode designar um interventor externo a FURB. E a partir da avaliação da viabilidade financeira, decidir pela privatização da FURB.

As respostas apresentadas até o presente a esta dupla crise revelam que a capacidade de aprendizado organizacional da FURB é muito baixa. Por um lado, demoramos muito tempo para entender o que estava acontecendo; por outro, o processo de tomada de decisão é muito errática. Por isso, perdemos muitas oportunidades durante o período de expansão econômica. A primeira e mais importante foi o processo de federalização; a segunda, diz respeito a uma utilização inteligente do FIES. Agora as condições organizacionais e políticas do ajuste, reforma e adaptação da FURB a essa dupla crise estão altamente comprometidas.

Esses impasses decorrem do caráter bifronte da FURB. A FURB constitui, ao mesmo tempo, uma universidade pública e privada. Tem o orçamento público, mas o financiamento privado. Dito de outra forma, a FURB é pública para dentro (funcionários) e privada para fora (comunidade). Essa ambivalência combina, ao mesmo tempo, vícios e virtudes dos modelos público e privado... Ao longo do processo de

desenvolvimento institucional, as crises sempre são enfrentadas tencionando politicamente o pêndulo público e privado. Por isso, passamos da luta pela federalização em 2011, para luta contra a privatização 2015.

A consequência mais nítida desse processo foi o rebaixamento do horizonte de expectativas da FURB. A) Obsolescência: precarização da estrutura física, processos e equipamentos devido à redução de investimentos; b) Encolhimento: refere-se à diminuição da importância da instituição. Este processo pode ser ilustrado de muitas formas como, por exemplo, o número de alunos, infraestrutura física, atração de professores, etc. Mas a dialética entre o Obsolescência e Encolhimento se exprime pela contração do orçamento.

A crise é grande e está apenas no começo... Afinal, pode-se supor que se no período de expansão econômica estávamos em crise, no período de retração econômica esse processo tende a se intensificar. Por isso, a comunidade acadêmica deve estar preparada. Do ponto de vista institucional, escolhemos o pior momento para discutir o desenho organizacional da FURB. Pois, como indica aquele velho princípio de ciência política: quanto menores os recursos, maiores os conflitos. Num cenário de escassez, a tendência é deixar de lado a visão de conjunto da instituição, e privilegiar a defesa de interesses setoriais.

Tanto a Crise da FURB (investimento), quanto a Crise na FURB (financiamento) são responsabilidades nossas: ou não conseguimos prever a intensidade da crise; ou não estamos conseguindo agir consistentemente. Ocorre que não podemos “pedalar” a crise financeira (manutenção), como pedalamos a crise de investimento (renovação)... Temos, portanto, uma equação difícil de ser resolvida: oferecer um ensino de melhor qualidade por um menor custo. Trata-se do desafio de fazer mais com menos recursos. Enquanto isso, vamos em frente mais obsoletos e menores nos equilibrando à beira do precipício!!!

“

O efeito combinado da crise de investimento (renovação) e financeira (manutenção) põe em risco o estatuto público da FURB. Esta ameaça ao caráter público não se refere somente à estabilidade dos funcionários enquanto servidores públicos